

IJ00080

Ex.2

GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(VERSÃO PARA DISCUSSÃO INTERNA)



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ00080
4387/1981
EX: 2

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(VERSÃO PARA DISCUSSÃO INTERNA)

7100080

330.98152

1592

4387/84

42

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(VERSÃO PARA DISCUSSÃO INTERNA)

JANEIRO/81

GOVERNADOR DO ESTADO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETÁRIO-CHEFE DA COPLAN

Octávio Luiz Guimarães

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Orlando Caliman

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Orlando Caliman

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Manoel Vereza de Oliveira

Haroldo C. Rocha

Roberto da Cunha Penedo

Laudeir Frauches

ESTAGIÁRIO

Alberto Miled Monteiro

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
 - 2.1. ANÁLISE DO ORÇAMENTO 80-81
 - 2.2. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO SIMPLES 80-81
 - 2.3. ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA
 - 2.4. FLUXO DE CAIXA - 1981
 - 2.5. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA (DÍVIDA FUNDADA)
 - 2.6. HERANÇA DA DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA INTERNA E EXTERNA
 - 2.7. SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO - VISÃO PROSPECTIVA
 - 2.8. GASTOS DECORRENTES DOS PREJUÍZOS DAS CORRENTES 78/79
3. SITUAÇÃO ECONÔMICA x SITUAÇÃO FINANCEIRA
 - 3.1. A ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO
4. OS GRANDES PROJETOS E A DEMANDA POR SERVIÇOS PÚBLICOS
5. MEDIDAS DE SANEAMENTO
 - 5.1. MEDIDAS GOVERNAMENTAIS OBJETIVANDO CONTENÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS
 - 5.2. MEDIDAS ALTERNATIVAS A CURTO PRAZO
6. RESUMO E CONCLUSÕES

1.

INTRODUÇÃO

A compreensão da problemática situação financeira do Estado do Espírito Santo só se torna possível, a partir de uma análise mais profunda de uma série de transformações de ordem econômica, na sua maior extensão induzidas externamente.

No plano das transformações na base econômica, enumeram-se os grandes projetos de âmbito nacional e internacional voltados para o mercado externo. Acresce-se a estes, as mudanças desencadeadas endogenamente, cujos efeitos se fizeram sentir mais acentuadamente no interior do Estado e expressas concretamente em reduções das taxas de crescimento das atividades agrícolas.

Em síntese, esse período de transformações iniciado na segunda metade da década de sessenta, pode ser assim resumido:

- . Crescimento econômico a taxas expressivas, principalmente no setor industrial, cuja participação relativa na renda interna passou de 7% em 1965 para aproximadamente, 30% em 1977;
- . Declínio da taxa de crescimento do setor agrícola, principalmente de produtos tradicionais como o café;
- . Incremento das atividades portuárias ligadas, principalmente à exportação;
- . Industrialização do tipo capital-intensiva e de baixa capacidade motriz e, conseqüentemente de geração de receitas tributárias;
- . Urbanização acelerada resultante de interação de forças, tanto de expansão como de atração, onde a Grande Vitória sobressai como pólo receptor;
- . Processo de favelação, principalmente na Grande Vitória;

- . A incapacidade financeira do Estado em atender a demanda crescente por serviços públicos, razão principal de seu endividamento. Reporta-se aqui, principalmente aqueles serviços básicos demandados pelos Grandes Projetos.

Uma análise mais sucinta desses indicadores econômicos e financeiros do Estado, permite detectar situações paradoxais: uma em que a economia do Estado tem um desempenho espetacular, enquanto geradora de renda-produto, acima da média nacional; outra, em que o Estado aparece como incapaz de atender a demanda por serviços públicos.

Isto atesta, claramente a reduzida capacidade de geração de receita tributária por parte do Estado, o que pode ser explicado por fatores tais como:

- a) Restrições impostas pela base econômica - característica da industrialização;
- b) A política Econômica adotada pelo Governo Federal de incentivo à exportação;
- c) Ação deliberada do Estado de abdicação de receitas - Isenção de ICM.

O primeiro e segundo fatores associam-se diretamente aos Grandes Projetos, onde conflitam instâncias diferentes de poder.

O segundo, estaria ligado inicialmente ao próprio esforço do Governo Estadual em prol do desenvolvimento econômico do Estado, mas que, no momento cerceia a geração de ICM.

Uma vez sendo socialmente e politicamente desaconselhável uma redução dos constantes déficits via redução das despesas, a solução que se vislumbra parece recair necessariamente no aumento das receitas. Esta, no entan

to, é uma solução impraticável a curto prazo, a nível interno. Isto abre discussão em torno de uma solução a nível externo, a nível do Governo Federal.

O presente documento pretende argumentar essa possível solução a curto prazo via Governo Federal, como também, discutir a viabilidade econômica e financeira do Estado, a médio e longo prazos.

2.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

2.1.

ANÁLISE DO ORÇAMENTO 80-81

Neste item, busca-se apresentar sinteticamente um panorama da situação atual das contas orçamentárias do Estado nos anos de 1980 e 1981.

As informações básicas para esta análise estão apresentadas nos quadros I e III.

Para as receitas e despesas são apresentadas duas estimativas, a primeira retirada das leis orçamentárias dos respectivos anos e, a segunda são previsões realizadas pelo Departamento de Elaboração e Análise do Orçamento da COPLAN.

A estimativa, devido aos novos condicionantes considerados, seguramente garantem uma maior aproximação do que na realidade deverá ocorrer.

Pelo lado das receitas, destacam-se quatro grandes itens (quadro I):

- . Receitas próprias - estas representam em média, 50% do total de recursos do Tesouro Estadual, sendo que o ICM corresponde a 90% do total das receitas próprias;
- . Transferências federais (correntes e de capital).

As transferências da União ao Tesouro Estadual, representadas principalmente pelo Fundo de Participação Estadual (FPE), pelo Fundo Especial (FE), pela cotaparte dos diversos tributos federais arrecadados no Estado - Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IUCL), Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUÉE), Taxa Rodoviária da

União, Imposto de Renda, Imposto Único sobre Serviços Rodoviários Intermunicipal e Interestadual, etc. - e por auxílios e/ou contribuições da União, constituem uma parcela significativa na composição da receita pública estadual.

Assim, durante o período 70/80, a participação média das receitas provenientes da União alcançou em média o percentual de 30,2% da receita estadual. Em 1975, chegou a atingir 43,1%, caindo, em 1978 para 24,8%. Esta tendência contracionista prosseguiu durante 1980, reduzindo o percentual das transferências para 18,17%. A projeção para 1981, indica um ligeiro acréscimo (+3,96%), isto é, 18,89%, mantendo-se praticamente inalterada (dados do trabalho *Comportamento das Finanças Públicas - Administração Direta - Secretaria do Planejamento*).

Em que pese ainda a elevada participação das transferências da União ao Tesouro Estadual, esta não tem acompanhado a expansão da economia capixaba, que tem apresentado taxas de crescimento econômico acima da média nacional. Pelo contrário, quanto mais se faz necessário a ampliação das transferências para o atendimento da demanda social e de investimentos provocados pela industrialização e urbanização, sua participação se reduz.

Isto se dá, principalmente com a parcela dominante das transferências da União: participação em tributos federais.

Os critérios de distribuição do FPE e FE inversamente relacionados com a renda per capita e diretamente com a superfície e a população - sacrificam as finanças do Estado na medida que desconsideram as peculiaridades da economia capixaba.

Desse modo, a elevação progressiva da renda per capita estadual, além de não refletir a situação sócio-econômica do Estado, contrai ainda a

participação das receitas provenientes da União. Isto fica evidenciado pela redução do índice de participação do Espírito Santo no Fundo de Participação dos Estados de 3,9% para 1,8%, ocorrida em 1978, devido à elevação da renda per capita estadual.

A questão das transferências federais se reveste de mais seriedade quando se compara a receita tributária da União no Estado e a participação do Estado em tributos federais.

No quadro XI, verifica-se que, no período 70/79, a preços constantes de 1978, ocorreu uma nítida transferência de recursos do Espírito Santo para a União. Neste período, a receita tributária líquida da União no Estado atingiu a elevadíssima cifra de 6.234 bilhões de cruzeiros. Mesmo descontando outras transferências da União ao Tesouro Estadual (recursos a fundo perdido), a situação permanece desfavorável ao Estado, pois, o total de recursos líquidos da União no Estado, no período 70/79, é ainda bastante expressivo: 5.583 bilhões de cruzeiros.

A saída de tal situação a curto prazo exigiu dos governos anteriores, alternativas do endividamento excessivo ou, até mesmo, a redução da participação estadual no processo de desenvolvimento, o que provoca o desgaste da imagem do Governo junto à comunidade.

ICM-FUNDAP

O ICM-FUNDAP, aparece na contabilidade estadual, simplesmente como uma operação contábil, pois esta receita é automaticamente convertida em despesa, através da liberação dos recursos sobre a forma de financiamento para os mutuários do sistema FUNDAP. Mas, devido a sua expressividade nas receitas estaduais (30%) e a singularidade do sistema FUNDAP, este item merece alguns comentários adicionais.

Esta receita é a grande, senão única, responsável pelas elevadas taxas de crescimento das arrecadações de ICM do Estado do Espírito Santo, Em 1980, 167,8%. No entanto, como já foi dito anteriormente, a quase totalidade dos recursos de ICM gerados pelo sistema FUNDAP, são imediatamente repassados ao setor privado responsável pelas importações geradoras de ICM, sobre as operações portuárias e o desenvolvimento estadual. Portanto, esta parcela do ICM não constitui efetivamente uma receita disponível para o Governo Estadual.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Esta fonte alternativa de receita nos anos de 1980 e 1981, foi praticamente anulada, não podendo o Governo contrair novos empréstimos. Isto como ficará demonstrado na parte referente à dívida pública, se deve ao atingimento dos limites de endividamento no período anterior 1976/1978.

O quadro III, demonstrativo de despesas, complementam as informações orçamentárias, destacando-se pelo peso relativo dos seguintes itens:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Esta despesa é inequivocamente a mais significativa. Absorve em média, 45% do total de dispêndios anuais. Aproximadamente 20% das despesas de pessoal são oriundas da administração indireta, ficando a administração direta responsável pelos 80% restantes.

Esta elevada participação deste item, coloca para o Governo Estadual problemas de real magnitude, pois qualquer contenção de despesas deverá necessariamente, tocar neste item, devido a incompressibilidade das demais despesas. Por outro lado, as despesas com pessoal ocupam uma posição bastante problemática, devido as suas implicações sociais e políticas.

JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Este item no momento atual, tem sido por demais onerado e restritivo, pois absorve em média 15% dos dispêndios totais e têm um alto grau de incompressibilidade.

FUNDAP

O FUNDAP pelo lado da despesa é também bastante singular, isto porque, ela se auto-financia. Representa em média 23% do total das despesas.

OBRAS E INVESTIMENTOS

No quadro atual de dramaticidade financeira, este item que devido às transformações radicais porque passa o Espírito Santo, deveria ter um peso significativo, é profundamente prejudicado. Os gastos com investimento constituem despesas que a curto prazo se apresentam dispensáveis à incompressibilidade dos demais. Os índices de 7 e 8% de participação no total das despesas são muito pouco significativos, principalmente porque estes recursos em sua quase totalidade se referem a transferências federais vinculadas.

O Estado, propriamente dito, não está realizando nenhum investimento, ou melhor, está adiando-os para o futuro próximo e aprofundando o deficit existente de obras públicas.

2.2.

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO SIMPLES 80-81

Os quadros comentados no item 2.1., nos permitem estimar o volume do déficit orçamentário simples para o biênio estudado.

Para o ano de 1980, o déficit verificado de Cr\$ 3.774.120.000,00, corresponde a 31,6% do total das receitas.

Para o ano de 1981, estima-se um déficit de Cr\$ 5.852.880.000,00, ou seja, 30,8% do total de receitas previstas.

O déficit acumulado nestes dois anos, atinge a expressiva quantia de 9,6 bilhões de cruzeiros, o que, comparativamente à expansão da base tributária estadual (praticamente nula) e ao elevado grau de endividamento do Governo Estadual, torna transparente as sérias dificuldades financeiras que enfrentará nos próximos 3 anos o Governo Estadual.

Ressalte-se, ainda, a insuficiência das receitas próprias do Estado para a cobertura dos gastos com pessoal. Assim, em 1980 esta relação foi de 88,4%, e em 1981, prevê-se que ela caia para 80,9. Deve-se observar ainda que, estas relações podem ser consideradas elevadas, se comparadas com períodos anteriores, e derivadas da significativa compressão salarial do funcionalismo público efetivada na atual administração.

2.3.

ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA

A sucinta análise de viabilidade financeira do Estado do Espírito Santo aqui desenvolvida, baseia-se nos dados itemizados de despesa e receita fornecidos pelo DEA - Departamento de Elaboração e Acompanhamento do Orçamento - COPLAN-ES, para o ano de 1981.

O quadro I, apresenta a posição dos vários ítems da receita estadual, no período 80/81. Nota-se uma previsão de incremento bastante pessimista, pois estima-se em apenas 58,83% a variação a maior da receita total em termos nominais, no período considerado. No balanço entre os dados de receita e despesa, alguns destes valores deverão ser reconsiderados.

Os valores correspondentes às despesas orçadas e reestimadas, encontram-se no quadro III. Observa-se um incremento de 57,92% entre a despesa total de 1980 e a despesa reestimada para 1981. Esta variação é bastante próxima do incremento da receita no mesmo período.

Para uma melhor visão geral destes dois grandes ítems, assim como para proporcionar um balanço quantitativo entre a receita e a despesa reestimadas para o ano de 1981, foi montado o quadro III. A somatória dos ítems da receita indica uma entrada de numerário esperado para 1981, de ordem de Cr\$ 18.969.231.000,00. Deve-se observar contudo, que cerca de 30% deste valor global representa crédito de ICM/FUNDAP, que deverá aparecer também do lado das despesas. Em função disto, devemos nos precaver, pois quaisquer variações substanciais neste ítem pode inflacionar incorretamente o Índice de variação da Receita Estadual, que para ser melhor representativo deveria excluir este ítem de seu somatório. A título de ilustração, no quadro I, considera-se um incremento de recursos ICM-

-FUNDAP da ordem de 60% no período 80/81, acima portanto, do índice da Receita Total. Desta forma, e baseado nestes valores somente este ítem elevou o percentual de variação da Receita Total de 54,63% para 58,83% no período aqui considerado.

Os dados das despesas somadas alcançam a cifra de Cr\$ 24.822.111.000,00 que comparados com a receita aponta um déficit de Cr\$ 5.852.880.000,00 para o ano de 1981. Desnecessário se faz esclarecer que esta é uma posição de extrema iliquidez para o Estado do Espírito Santo.

Analisando estes valores do quadro III com mais cuidado, chegamos às seguintes constatações:

- a) Que os grandes responsáveis por este volumoso déficit são as despesas a serem realizadas com pagamento de juros e amortização de capital de empréstimos contraídos em governos anteriores;
- b) Que desprezando estes ítems - juros, amortização e outras despesas de capital -, o déficit anual para 1981, ascende a importância de Cr\$ 523.606.000,00;
- c) Que este déficit pode e deverá ser facilmente contornado função das seguintes transformações por que passa o Estado do Espírito Santo:
 - . Término do prazo de isenção de ICM, inicialmente a três grandes indústrias - Nassau Agroindustrial, Braspérola e Cervejaria Antártica - e, gradativamente de outras que agregarão substancial injeção de recurso a Fazenda Estadual;
 - . Incremento da Base Tributária Estadual função: das novas indústrias, comércio e serviços a serem instalados, principalmente na Grande Vitória, decorrente da construção da Siderúrgica de Tubarão; maciço apoio governamental ao incremento de produção agrícola e seus efeitos positivos sobre a renda estadual; dos novos investimentos em projetos financiados pelo Sistema Geres/BANDES e do início de opera

ção de um número mais significativo de investimentos financiados pelo sistema FUNDAP;

- d) Que, para melhor quantificar esta fundamentação, espera-se que no período maio/dezembro 1981, somente a Nassau recolha de ICM do Estado quantia superior ao déficit considerado na letra b;
- e) Finalizando, pela viabilidade financeira do Estado, uma vez excluí das - desonerado - as despesas de capital, função dos empréstimos anteriormente contraídos, resta-nos analisar as causas deste estado de iliquidez hoje apresentado pelo Estado.

Em vista do exposto, acreditamos ser válido levantar um argumento que, de certa forma, perpassa todo este trabalho e que diz respeito às características extremamente particulares da economia estadual.

O Sistema Tributário Nacional, montado para atender Estados com perfis econômico-financeiros mais robustos, nos deixa em situação sobremaneira delicada. Observe-se que o Estado tem toda sua estrutura industrial de ponta, voltada para o comércio exterior. Em assim sendo, estrategicamente, já estamos desempenhando e iremos cada vez mais, reforçar a política federal de contenção do déficit na balança de pagamentos via balança comercial. Por paradoxal que possa parecer, é esta contribuição que, caso não sejam descobertos mecanismos financeiros compensatórios, poderá enfraquecer ainda mais o Estado.

A necessidade de competitividade na agressiva política de exportação do Governo tornou necessária a oferta de subsídios ao setor exportador, ao qual estão conectados novos Grandes Projetos, que, desta forma, pouquíssimo contribuem para as receitas estaduais.

Cabe, pois, salvo melhor juízo, uma reapreciação dessa situação de maneira a que consigamos sustentar a economia e, mesmo, expandi-la, sem o

recurso ao ônus da dívida e com condições para oferecer dias melhores ao Estado e a todo o povo espiritosantense.

2.4.

FLUXO DE CAIXA - 1981

No quadro VIII, demonstra-se, mês a mês, o fluxo de caixa pelo Tesouro Estadual para o ano de 1981.

Pode-se observar que persistirá todo o ano um déficit mensal, ressalvando-se o mês de julho que apresentará um superávit devido à realização de uma operação de crédito.

Esta operação é indispensável, pois em julho se reajustarão os salários do funcionalismo público e ainda, iniciar-se-á o pagamento de uma dívida já renegociada com o Banco do Brasil. Esses dois novos eventos se encarregarão de ocasionar nos meses restantes do ano de 81, um déficit permanente.

2.5. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA (DÍVIDA FUNDADA)

A análise da dívida fundada do Estado está sendo montada graficamente, de forma a facilitar a visualização de todo o processo de endividamento. O gráfico 1, mostra o perfil da dívida fundada da Administração Direta e Indireta, tanto interna quanto externa. Conforme pode ser observado, a dívida cresce vigorosamente de 1980 para 1981, e a partir deste ano, começa, gradativamente a declinar, registrando tão somente uma breve ascensão no exercício de 84. A subida à pique no período 1991, deve-se ao fato de que, naquele ponto estamos concentrando todo o perfil de principal e encargos relativamente ao cronograma de desembolso da dívida como um todo.

Observando o gráfico nº 2, no qual registramos o perfil da dívida fundada da Administração Direta, podemos visualizar, também, um contorno semelhante ao do gráfico acima. Há um movimento ascendente em direção a 1981 e, deste ano em diante, começa a cair o ônus estadual. No que tange à dívida fundada assumida pela Administração Indireta, o formato do perfil toma outra direção: cresce moderadamente até 1983, elevando-se abruptamente em 1984 para estabilizar-se até 1990. Caso observemos conjuntamente os gráficos relativos à dívida fundada da Administração Direta e da Indireta, podemos perceber que esta última exerce peso considerável na velocidade de descida mostrada no gráfico 1.

Com efeito, na hipótese de se ter um perfil descendente para a dívida fundada total da Administração Indireta, acentuar-se-ia a velocidade da redução do perfil total da dívida. Enquanto cai a dívida fundada da Administração Direta, mantém-se estável a da Administração Indireta, forçando, pois, para cima o perfil total.

Levando em conta a relevância da dívida externa para as finanças estaduais, uma vez que não pode o Estado deixar de honrar esses compromissos sem seríssimos prejuízos para sua própria imagem e para a do País, montamos os gráficos 4 e 5, nos quais retratamos o formato dos serviços da mesma para a Administração Direta e Indireta. No que respeita ao endividamento externo, cabe à Administração Direta uma participação bem mais marcante. Seu endividamento sobe velozmente durante o exercício de 1981, reduz o crescimento em relação ao período 82/84, no qual atinge seu ponto máximo, começando a cair, a princípio moderadamente e depois, rapidamente a partir de 31/12/1985. A dívida externa da Administração Indireta apresenta valores bem menores que os da Direta e, também, um perfil bem mais favorável ao Estado. Registramos uma ascensão vigorosa no decorrer de 1981 e 1982 e, a partir daí, redução rápida com estabilização durante os anos 1985/90. Em assim sendo, a dívida externa, cujo valor de principal mais encargos atinge Cr\$ 6.508 milhões, encontra-se bem mais dependente da Administração Direta, que participa com 92% de seu montante global. Apenas a título de informação, a relação dívida total externa/interna chega próximo dos 42%, percentual que nos coloca em situação delicada, com respeito às oscilações da London Interbank Offered Rate, LIBOR, e à vista das rápidas desvalorizações do cruzeiro.

A dívida interna total, que monta a Cr\$ 8.942 milhões, representando 58% do total da dívida e encargos, encontra-se diluída num número bem maior de contratos, taxas de juros e vencimentos, o que torna sua administração mais controlável.

Finalizando, acreditamos que os gráficos são, por si sós, suficientes para que se vislumbre a situação da dívida fundada estadual. Não defendemos a tese de que, à vista de uma dívida particularmente difícil, deva o Estado adotar posição tímida e/ou excessivamente negativa. Ao contrário, acreditamos que o presente documento oferece suficientes pontos de reflexão para que nos voltemos para o epicentro da dívida com coragem e

bom senso, dois ingredientes indispensáveis para que consigamos *adminis*
trar a nossa dívida e soerguermos a economia e as finanças estaduais dentro
de período não superior a cinco anos.

2.6. HERANÇA DA DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA INTERNA E EXTERNA

Objetivando fornecer uma perspectiva histórica do processo de endividamento estadual, elaboramos os gráficos 6 e 7, nos quais podemos notar a tendência de crescimento do endividamento ao longo do período 1969/1980. Veja-se no gráfico 6 o padrão de crescimento do número de operações contratadas! Após uma queda no decorrer de 1972, dispara a contratação atingindo um primeiro pico em dezembro de 1974. Novos picos se sucedem em 1976 e 1978, sendo este último aquele no qual mais se contrataram operações de crédito. Apenas a título de ilustração, enquanto o número crescia de 7 para 16, portanto 129% no período de dezembro de 1973 a dezembro de 1974, observamos uma elevação de 6 para 28 no período compreendido entre dezembro de 1975 e dezembro de 1978, marcando-se um crescimento de 367%, o equivalente a uma taxa anualizada de 47%!

O número de contratos, entretanto, não pode funcionar, sozinho, como ponto de referência na análise histórica do endividamento. Com o fito de enriquecermos a análise, montamos o gráfico 7, no qual computamos, ano a ano, o valor em cruzeiros das operações contratadas. No período 73/74, o crescimento atingiu 15%, enquanto que no intervalo 75/78, cresceu a dívida em cruzeiros num percentual de 554%, ou seja, uma taxa anualizada de 60%!

A se depreender dos dados acima, a maior parte do ônus da dívida que ora nos aflige foi oriundo de operações contratadas entre dezembro de 1975 e dezembro de 1978, período no qual, tanto em número de operações contratadas quanto no montante em cruzeiros recebidos, foram observadas as maiores taxas de crescimento.

Finalizando, cabe uma justificativa para as contratações no período de 1980. De uma maneira geral, devem-se a renegociações de operações anteriores: dois contratos montando a Cr\$ 88 milhões com o Bamerindus e outro de Cr\$ 60 milhões para elevação da participação acionária do Estado no capital social do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Dois outros contratos, montando a Cr\$ 173 milhões firmados com o Banco Nacional de Habitação para infra-estrutura em conjuntos habitacionais, sete contratos firmados com o mesmo BNH, destinados a melhoria/instalação de sistemas de abastecimento de água, totalizando Cr\$ 173 milhões. Além desses, somente resta o contrato firmado com o KFW, banqueiro alemão, em condições especialíssimas de prazo e juros, de DM.20.000.000,00, destinado a construção de hospitais, postos de saúde e unidades sanitárias em todo o Estado.

2.7. SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO - VISÃO PROSPECTIVA

Tendo em vista a necessidade de projetarmos a situação financeira do Estado no período 81/85, estamos elaborando um cenário, baseado em hipóteses realistas e, em função do qual, ofereceremos uma prospectiva simulada do problema financeiro estadual.

Tomando como referência o crescimento das receitas próprias e de transferências no último período, estamos fazendo as mesmas crescerem à taxas idênticas durante a simulação. Considerando que o ICM líquido de FUNDAP e Municípios cresceu cerca de 22% a.a., em termos reais, no período de 1980, mantemos os mesmos 22%, ao longo de todo o período.

O FE e o FPE estão sendo mantidos na mesma relação/proporção existente em 1981 com relação ao ICM líquido de FUNDAP e Municípios.

A folha de pessoal está sendo projetada para um crescimento médio de 80% a.a., juntamente com as despesas prioritárias de custeio.

A dívida está sendo tomada na sua posição de 30/9/80, em estamos utilizando valores do perfil diretamente, com correção inflacionária. A lógica subjacente é que embora o ajuste conforme a inflação simulada possa distorcer os números, o seu não ajustamento irá distorcê-los ainda mais.

Estamos supondo taxas inflacionárias declinantes, como segue:

PERÍODO	INFLAÇÃO (% a.a.)
81	90
82	80
83	70
84	60
85	50

Com base na inflação prevista e nos crescimentos reais para 80, montamos a taxa de expansão anual em cruzeiros correntes, conforme quadro abaixo:

QUADRO

FATORES DE EXPANSÃO PARA ICM LÍQUIDO DE FUNDAP E MUNICÍPIOS

82	2,20
83	2,07
84	1,95
85	1,83

ESTIMATIVAS DE RECEITAS

Cr\$ 10⁶

FONTE	ICM	FPE	FE	TOTAL
1981	9.226	1.331	610	11.667
1982	20.297	2.928	1.342	24.567
1983	42.015	6.061	2.778	50.854
1984	81.929	11.518	5.416	99.164
1985	149.931	21.629	9.913	181.473

QUADRO

ESTIMATIVAS DE DESPESAS

	Cr\$ 10 ⁶		
	PESSOAL E CUSTEIO	DÍVIDA FUNDADA	TOTAL
1981	10.650	4.174	14.824
1982	19.179	2.685	21.855
1983	34.506	2.352	36.858
1984	62.110	2.712	64.822
1985	111.799	1.632	113.431

Resguardadas todas as possíveis distorções e considerados os números simulados com a devida cautela é de se esperar que, a partir de 1982, o Estado comece a apresentar superávits financeiros. Observe-se que a simulação não leva em conta a contratação de operações de crédito durante o período.

Finalizando, gostaríamos de registrar uma observação final: a conjuntura nacional/internacional tem sido palco de mudanças bruscas e inesperadas - este fato deve ser considerado na interpretação da projeção. É possível que haja desvios no que respeita às variáveis projetadas, cujos impactos possam modificar consideravelmente o quadro financeiro estadual.

2.8.

GASTOS DECORRENTES DOS PREJUÍZOS
DAS CORRENTES 78/79

As chuvas que se abateram sobre o Espírito Santo durante os meses de ja
neiro e fevereiro de 1979, prolongando-se por vinte dias, trouxeram ca
tástrofe e destruição a praticamente 80% dos municípios capixabas.

A devastação provocada pelas enchentes alcançou níveis elevadíssimos,
isolando a maioria dos municípios atingidos e obrigando o Governo a de
cretar estado de calamidade pública.

As finanças estaduais foram penalizados. Se, pelo lado das despesas, o
Estado era pressionado a ampliar os dispêndios para a reconstrução e re
cuperação de estradas, pontes, escolas etc, pelo lado das receitas foi
também sacrificado, na medida que grande parte dos municípios afetados
pelas inundações paralizaram as atividades econômicas - apenas o setor
agrícola registrou perdas estimadas em 1 bilhão de cruzeiros - provocan
do grande prejuízo à arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercado
rias (ICM).

A reforma e reconstrução das escolas danificadas onerou os cofres do Es
tado, em 1979, despesas superiores a 150 milhões de cruzeiros.

Os prejuízos nas rodovias, bastante atingidas pelas chuvas, foi levanta
do e quantificado por uma Comissão Especial apoiada pelas Prefeituras Mu
nicipais. Na época foi estimado em 1.562.972,47 ORTN (Obrigação Reajus
tável do Tesouro Nacional).

Deste total - 1.562.972,47 ORTN - destinar-se-ia 1.045.792,28 ORTN à recuperação do Sistema Viário Municipal, e, o restante - 517.180,19 ORTN seria colocado na recuperação de Rodovias constantes do Plano Rodoviário Estadual.

Mais tarde o prejuízo se elevou para 1.737.092,30 ORTN, devido a inclusão de 174.119,83 ORTN para a reconstrução da ponte sobre o Rio Doce em Baixo Guandu.

Do valor total do prejuízo - 1.737-092,30 ORTN - equivalente atualmente a 1.283 bilhões de cruzeiros, o Estado absorveu 79% das despesas, sendo 21% restante preenchidos por recursos federais.

Todavia, os valores estimados em ORTN não refletem a despesa real do Estado para recuperação do setor rodovias. O total da despesa absorvida pelo Estado - 1.373.691,42 ORTN - constitui uma programação a longo prazo de dispêndios, e, o custo de construção civil apresentou taxas de crescimento muito superiores ao reajuste dos ORTN.

Desse modo, a medida que se demanda longo tempo para a recuperação e reconstrução das estradas e pontes, o crescimento da inflação aumenta a participação do Estado nos dispêndios, conseqüentemente reduzindo a participação da ajuda federal no total das despesas.

3,

SITUAÇÃO ECONÔMICA x SITUAÇÃO FINANCEIRA

3.1.

A ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

O surgimento do café, em meados do século XIX, como um produto de importância econômica nacional, permitiu ao Espírito Santo galgar posição de destaque na economia brasileira.

O café rapidamente transformou-se no produto principal e no fundamento básico da economia capixaba. Isto durou por mais de um século e no ano de 1950, ainda o café era responsável por 50% da renda interna estadual.

A crise econômica do início dos anos 60 e a crítica situação do mercado internacional do café, se refletiram de forma desastrosa sobre o Espírito Santo. A política federal de erradicação dos cafezais implementada pelo IBC, foi responsável pela redução de 45% da área cultivada com o produto no Espírito Santo. Isto significou a queda brusca da produção agrícola e da produção econômica total de nossa economia. No entanto, o afloramento das dificuldades econômicas trouxe à tona a fragilidade da economia capixaba, baseada em um único produto.

Já em 1968/69 tornou-se evidente a necessidade de diversificação econômica e acompanhando o movimento geral da economia brasileira, o Espírito Santo inicia o seu processo de industrialização. Também aqui, criou-se um complexo aparato de incentivos fiscais à industrialização e a ênfase da política econômica se deslocou de forma definitiva para o desenvolvimento do setor secundário.

Os investimentos industriais se multiplicaram rapidamente, concentrando-se numa primeira fase em projetos de pequeno e médio porte, processadores

de matérias-primas locais, apoiados pelo sistema financeiro estatal local (GERES/BANDES).

O ritmo acelerado de desenvolvimento industrial, pode ser verificado pela mudança na composição setorial da renda interna, que em 1960 recebia do setor secundário a inexpressiva contribuição de 7,3%, e já em 1970 atinge 17,4%, passando a 26,2% em 1975.

O setor agrícola permaneceu estagnado e o setor terciário continuou se expandindo, aumentando também o seu peso na composição do produto estadual.

O desenvolvimento industrial desencadeado implicou no estreitamento das relações econômicas do Espírito Santo com o resto do Brasil e os anos 70 são marcados pelo reconhecimento federal, principalmente pelo II PND, da importância econômica do Espírito Santo para a economia Brasileira.

As características geográficas e topográficas do Espírito Santo, lhe conferem uma posição estratégica no desenvolvimento nacional. A extensa costa marítima propicia a instalação de portos e coloca como importante região de escoamento da produção interna para o mercado internacional.

Por um lado, o Espírito Santo surge como pólo alternativo ao crescimento industrial, que se pretende seja desconcentrado do eixo Rio-São Paulo. Por outro lado, o fato de constituir-se em região de trânsito de mercadorias abre a perspectiva de industrialização processadora destas mercadorias.

Efetivamente o Espírito Santo já se incorporou à dinâmica da economia brasileira e isto pode ser exemplificado pelo grande volume de investimentos estatais e multinacionais que se destinaram à implantação de projetos

industriais e à ampliação do complexo portuário capixaba. Já no início dos anos 70 o Espírito Santo começou a experimentar transformações mais radicais em sua estrutura econômica, derivadas ou causadas por este novo tipo de industrialização, ou seja, os chamados *Grandes Projetos*.

Mais recentemente a determinação da implantação da CST e a inclusão do Espírito Santo como corredor de exportação do *Projeto Agrícola dos Cerrados*, pronunciam o que o futuro próximo nos reserva.

Todo este processo de industrialização relatado, ainda está inacabado. Quer seja porque muitos dos *Grandes Projetos* ainda estão em fase inicial de implantação, quer seja porque não houve tempo, dado o breve período que decorreu do início da industrialização até os dias atuais (= 15 anos), para muitos dos projetos já implantados atingirem a maturidade. Isto evidentemente constitui-se no elemento fundamental da relativa instabilidade atual da economia capixaba, pois muitos empreendimentos industriais ainda são dependentes do apoio governamental para sobreviver.

Finalmente, deve-se acrescentar que este processo de industrialização en sejour o aprofundamento de uma distorção, já existente na economia capixaba: a concentração da atividade econômica industrial na região da Grande Vitória, que tem como contrapartida o esvaziamento da região interiorana. De 1967 a 1977, 69,4% dos projetos de novos investimentos apoiados pelo sistema GERES/BANDES se localizaram na Grande Vitória e a totalidade dos investimentos federais e multinacionais (os *Grandes Projetos*) também se localizaram nesta região, seguindo uma distribuição ao longo da orla marítima a um raio de 100Km da capital estadual.

Esta distorção tem merecido atenção especial por parte dos organismos responsáveis pelo fomento do crescimento econômico, ao nível estadual, e a política atual é toda direcionada para a interiorização do desenvolvimen

to ou recuperação das regiões interioranas, visando a sua incorporação ao processo econômico dinâmico que se desenvolve na região da Grande Vitória. Até o presente momento a diversificação dos programas de financiamentos oficiais tem garantido algum sucesso a esta política.

4.

OS GRANDES PROJETOS E A DEMANDA POR
SERVIÇOS PÚBLICOS

A dimensão dos Grandes Projetos pode ser avaliada pelo montante de recursos envolvidos, cerca de 312 bilhões de cruzeiros a preços de 1980. Basta dimensionar que, o orçamento do Estado para 1981 é de apenas, Cr\$ 22 bilhões (quadro XI).

A característica básica desses projetos, como pode ser visualizado em quadro anexo, é a produção de produtos destinados ao mercado externo: ferro, aço, pellets, celulose. Destes, somente a Cia. Siderúrgica de Tubarão está em fase de implantação.

A Usina Siderúrgica de Tubarão, dada a sua importância e complexidade, - só de investimento comporta 190 bilhões de cruzeiros - constitui-se no projeto de maior impacto sobre a Grande Vitória, e especificamente em Carapina, onde os primeiros resultados já se fazem sentir.

Deve-se agregar ainda, a estes, os investimentos portuários com vistas ao corredor de exportação e ao próprio complexo siderúrgico.

A concentração de tais investimentos, adicionado ao próprio processo de expulsão da população do campo, propiciou um crescimento populacional acelerado na Grande Vitória; basta dizer que, sua população passou de 385.000 em 1970 para 706.000 em 1980, com projeção para 1.700.000 no ano 2000 (vide quadro XIV).

Já se constata um processo de inchaço urbana, com predominância de enorme massa de baixo nível de qualificação, marginalizada, no subemprego, marcada por um reduzido poder aquisitivo, condenada a viver em condições infra-humanas; ampliando os problemas sociais inerentes da favelização.

Avolumam-se os casos de invasões onde o Estado é chamado a intervir e buscar solução mais adequada. E isto apresenta-se como um desafio para o Governo Estadual, que necessita do auxílio da Esfera Federal (quadro XVII).

Dados recentes obtidos através de pesquisa efetuada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, revelam que os 72 assentamentos urbanos subnormais existentes na Grande Vitória, 30% apresentam em áreas de mangue e 70% em áreas de morro.

Portanto, o problema habitacional na Grande Vitória apresenta-se como um dos mais sérios quadros, a preocupar constantemente o poder público estadual. Prevendo-se para 1985 um déficit de 46.300 habitações.

Paralelamente à questão habitacional, adicionam-se os investimentos em infra-estrutura urbana: água, esgoto, escolas, equipamentos de saúde, etc.

O montante previsto de investimentos na área de equipamentos comunitários e infra-estrutura em conjuntos habitacionais para o período 81/83, é de Cr\$ 2.147.000.000,00 (vide quadro XV).

Não se poderia deixar de mencionar em todo esse processo vertiginoso de crescimento econômico, os custos sociais indiretos, tais como: poluição, aumento da criminalidade, congestionamento urbano e marginalidade; e ou tros custos não mensuráveis, que de certa maneira revertem em pressões de demanda sobre os serviços prestados pelo Estado.

Isto tudo, visto sob o prisma das finanças do Estado, representa gastos adicionais que, por razões já apresentadas, não encontram contrapartida de fonte de receita ou, mesmo, de possibilidade de retornos monetários.

Em consequência direta da implantação do Complexo Siderúrgico de Carapina (CST, Complexo Portuário e CVRS), foram contratados investimentos na ordem de Cr\$ 2.376.557.000,00, sendo Cr\$ 2,3 bilhões destinados ao abastecimento d'água (quadro XIII).

Diretamente ligado ao Complexo Siderúrgico de Tubarão, foram destinados 682 milhões de cruzeiros - financiamento contratado em 1974.

Estendendo o impacto para o restante da Grande Vitória, o Estado teve que assumir dívidas consideráveis: Cr\$ 1.074.000.000,00 em infra-estrutura urbana, incluindo vias de descongestionamento do tráfego.

Atendendo à demanda do setor paraquímico, complexo liderado pela Aracruz Celulose, o Estado construiu e pavimentou a ES-257, no subtrecho Ibiracu-Aracruz-Barra do Riacho. Tal ligação objetivou:

- a) Acesso da fábrica à BR-101;
- b) Acesso da fábrica ao Porto de Vitória.

No momento, está sendo pleiteado ao Governo do Estado, a construção do subtrecho da ES-010, entre Barra do Riacho-Coqueiral-Santa Cruz. Essa solicitação tem por finalidade dar acesso a Coqueiral, bairro residencial de grande porte dos servidores da Aracruz Celulose (quadro XII).

No setor portuário, ressalta-se a ligação rodoviária entre o porto de Ubu e o porto de Tubarão, objetivando a exportação consorciada Samarco-CVRD.

Objetivando atender, ainda, o Complexo Industrial de Carapina, o Governo do Estado tem programado a construção de unidades de saúde e um hospital de grande porte, tendo os recursos já sido garantidos através de empréstimo ao Governo Alemão.

A verdade é que os chamados Grandes Projetos têm trazido mais encargos que retornos financeiros para o Estado.

Está claro e evidente a impossibilidade do Estado continuar penalizando-se. Parece mais claro ainda que, o Estado e União devem redefinir

melhor as responsabilidades e competências, sob pena do primeiro sucumbir-se.

O Governo do Estado não pode, por outro lado, continuar penalizando o interior sob a pressão de atender as demandas da Grande Vitória. Há um compromisso com a interiorização do desenvolvimento e com a melhoria das condições de vida da população interiorana.

5.

MEDIDAS DE SANEAMENTO

5.1.

MEDIDAS GOVERNAMENTAIS OBJETIVANDO
CONTENÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

1. DECRETO Nº 1294-N, de 27 de março de 1979

- . Congela em 80% (oitenta por cento) o saldo orçamentário existente na data da publicação do Decreto, nas unidades orçamentárias de despesa, no que diz respeito às despesas de capital e correntes.
- . Proíbe a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente (veículo automotor, máquinas, móveis e utensílios de escritório).
- . Proíbe a celebração de qualquer contrato de fornecimento de mão-deobra.

2. DECRETO Nº 1299-N, de 19 de abril de 1979

- . Estabelece que os pedidos de créditos adicionais somente serão atendidos quando demonstrada imprescindibilidade de despesa e evidencida a impossibilidade de solução através de alterações das dotações existentes na unidade.
- . Proíbe a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- . Proíbe novas nomeações para cargos efetivos e admissões a *qualquer título*.
- . Proíbe a reestruturação dos órgãos do Poder Executivo, bem como revisão ou reenquadramento de cargos de pessoal.

- . Proíbe admissão de substituto para cargos efetivos cujo titular tenha sido nomeado para cargo em comissão.
- . Proíbe admissão de substituto para cargo cujo titular esteja no gozo de licença remunerada.
- . Proíbe a criação de novos cargos e funções, inclusive sobre regime da CLT.

3. DECRETO Nº 1870-E, de 16 de julho de 1979

- . Rescinde todos os contratos de trabalho de qualquer tipo ou natureza, feitos no âmbito da administração Direta, Indireta e Fundações, *no período de 1º de junho de 1978 a 15 de março de 1979.*

4. DECRETO Nº 1871-E, de 16 de julho de 1979

- . Determina aos órgãos da Administração Indireta e Fundações que, no prazo de 30 (trinta) dias, promovam uma redução de 20% (vinte por cento) de suas despesas com Pessoal e Encargos Sociais.
- . Extingue o adicional de produtividade concedido aos servidores dos órgãos da Administração Indireta e Fundações.
- . Proíbe que as tabelas de salários do Pessoal da Administração Indireta e Fundações, estabeleçam vinculação ao salário-mínimo ou qualquer outro índice de reajuste salarial.
- . Limita em 40% a gratificação dos cargos em comissão, para os ocupantes que possuem cargo efetivo na Administração Direta, Indireta e Fundações.

5. DECRETO Nº 1872-E, de 16 de julho de 1979

- . Determina aos órgãos da Administração Direta que, no prazo de 30 (trinta) dias, promovam uma redução de 20% (vinte por cento) de suas despesas com *Pessoal e Encargos Sociais*.

6. DECRETO Nº 1875-E, de 24 de julho de 1979

- . Limita a 2 (duas) o número de reuniões remuneradas dos órgãos colegiados da Administração Direta e Indireta.
- . Fixa em Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) o *JETTON* de comparecimento às reuniões dos órgãos colegiados.

7. DECRETO Nº 1470-N, de 27 de outubro de 1980

- . Fixa o reajuste uma vez por ano dos salários dos servidores autárquicos, em níveis fixados por decreto do Governador do Estado.

8. DECRETO Nº 1469-N, de 27 de outubro de 1980

- . Exige em órgãos autárquicos cinco fundações, transforma em Departamento o Centro de Comunicação Social e extingue a Fundação Estadual do Meio Ambiente.

9. DECRETO Nº 1494-N, de 26 de novembro de 1980

- . Transforma a Secretaria de Estado do Planejamento em Coordenação Estadual do Planejamento, tornando-a parte integrante da Governadoria

do Estado.

10. DECRETO Nº 1495-N, de 28 de novembro de 1980

- . Reduz a frota de veículos dos órgãos da administração direta, limitando em 2 (dois) o número de carros à disposição dos órgãos.

11. DECRETO Nº 2108-E, de 14 de janeiro de 1981

- . Fixa normas para a execução orçamentária, relativa ao exercício financeiro de 1981, congelando em 30% as despesas correntes;
- . Proíbe novas nomeações para: cargos efetivos a admissões de pessoal a qualquer título;
- . Substituição cujo titular tenha sido nomeado para cargo em comissão;
- . Substituição em cargo cujo titular esteja em gozo de licença remunerada e férias regulamentares.

5.2.

MEDIDAS ALTERNATIVAS A CURTO PRAZO

A administração da crise atual poderá se fazer através de:

- a) *Reescalonamento da dívida fundada* junto aos órgãos financiadores (órgãos financeiros federais). Isto possibilitaria um alívio imediato a curto prazo, deixando margem a que, no médio e longo prazos, o próprio desempenho das receitas, por razões já enumeradas, cobrisse as dívidas;
- b) Aumento substancial das transferências do Governo Federal para fazer face à crise do momento.
- c) Estudo do lançamento de Obrigações Reajustáveis do Estado do Espírito Santo - ORTES, como recurso de cobertura de ocasionais déficits, reduzindo-se ao máximo a utilização de empréstimos por antecipação de receita tributária, que se vêm acumulando por total impossibilidade de quitação nos prazos previstos.
- d) Continuação de campanhas de fiscalização comunitária, tipo *Projeto Capixaba* que, além de fortalecerem a identidade cultural do Estado, exerceu efeito altamente eficaz na utilização do povo em favor do ICM.

6. RESUMO E CONCLUSÕES

A situação deficitária do Governo Estadual tem raízes:

- a) Do lado da receita, na baixa capacidade de geração de receita tributária apresentada pelos setores altamente dinâmicos da economia capixaba (exportação em trânsito, grandes indústrias voltadas para a exportação, e o fato de as transferências da União não computarem esta peculiaridade - crescimento insatisfatório da base de tributação. Isto tem levado o governo a apelar para a contratação de operações de crédito causando conseqüentemente excessivo comprometimento de recursos com o serviço da dívida;
- b) O processo de industrialização e expansão do setor exportador fazem crescer mais do que proporcionalmente as demandas sociais de investimentos em serviços públicos.

Isto leva à conclusão de que, medidas a curto prazo recaem estritamente no campo financeiro com o objetivo explícito de administrar a *crise*.

A médio e longos prazos uma ação permanente e ordenada deverá ser desenvolvida sobre os fatores mencionados acima. Isto implicará basicamente em:

- a) Um aumento das transferências federais, evocando para tanto a situação peculiar do Estado já demonstrada no item a retro ou, ainda, uma forma de compensação para as receitas potenciais das indústrias que possuem incentivos federais (ICM - exportação);
- b) Um esforço interno que possibilite um incremento maior das receitas próprias através de medidas institucionais e legais, incluindo-se aqui a extinção dos benefícios fiscais - ICM - e uma modernização e agilização do sistema fazendário.

No entanto, qualquer medida a curto, médio e longo prazos ter-se-á que recorrer necessariamente ao governo federal, sob pena do Estado sucumbir-se em déficits que se sucedem e acumulam qual bola de neve.

QUADRO 1

RECEITAS 80/81

Cr\$ 1.000,00

	1980		1981		VARIÇÃO 80/81	
	ORÇADA	ARRECAD. ATE OUTUBRO + PREVISÃO NOV/DEZ	ORÇADA	ARRECADADAÇÃO PROVÁVEL	ORÇADA	REESTI MATIVA
- RECEITAS PRÓPRIAS	<u>4.204.888</u>	<u>6.089.543</u>	<u>9.484.815</u>	<u>9.484.815</u>	<u>125,56</u>	<u>55,75</u>
ICM (exceto FUNDAP)	3.804.000	5.548.994	8.720.665	8.720.665	129,25	57,16
Outras	400.888	540.549	764.150	764.150	90,61	41,36
- TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS CORRENTES	<u>1.656.580</u>	<u>951.224</u>	<u>1.622.204</u>	<u>1.689.244</u>	<u>(-)2,07</u>	<u>77,58</u>
Asseguradas	742.826	951.224	1.473.480	1.595.880	98,36	67,77
Acapitar	-	-	55.360	-	-	-
Convênios	-	-	93.364	93.364	-	-
Outras Transferências	913.754	-	-	-	-	-
- TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS DE CAPITAL	<u>1.943.132</u>	<u>1.219.234</u>	<u>2.490.648</u>	<u>1.895.172</u>	<u>28,17</u>	<u>55,44</u>
Asseguradas	948.078	969.234	1.543.397	1.543.397	62,79	59,24
Acapitar	-	-	595.476	-	-	-
Convênios	-	-	351.775	351.775	-	-
Outras Transferências	995.054	250.000	-	-	-	-
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>1.240.000</u>	<u>192.044*</u>	<u>3.000.000</u>	-	<u>141,93</u>	-
- SUBTOTAL	<u>9.044.600</u>	<u>8.452.045</u>	<u>16.597.667</u>	<u>13.069.231</u>	<u>83,51</u>	<u>54,63</u>
- ICM FUNDAP	800.000	<u>3.491.170</u>	<u>5.900.000</u>	<u>5.900.000</u>	<u>637,50</u>	<u>69,00</u>
- TOTAL GERAL	<u>9.844.600</u>	<u>11.943.215</u>	<u>22.497.667</u>	<u>18.969.231</u>	<u>128,53</u>	<u>58,83</u>

*Não está incluído o empréstimo de 15 milhões de dólares.

QUADRO II

RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA REAL DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO (CR\$ MILHÕES DE 1978)

	ANOS									
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO NO ESTADO (1)	400,9	498,7	890,3	900,2	1.142,7	1.263,8	1.562,8	1.658,4	1.953,1	1.934
Participação do Estado em Tributos Federais* (2)	295,1	423,9	425,9	603,3	507,8	586,1	685,4	851,0	719,9	813
Receita Tributária Líquida da União no Estado (-)(1)-(2)=(3)	105,8	74,8	464,4	296,9	634,9	677,7	877,4	807,4	1.233,2	1.121
Acumulado de (3)	105,8	180,6	645,0	941,9	1.576,8	2.254,5	3.131,9	3.939,3	5.172,5	6.294
MEMÓRIA:										
a) Outras Receitas da União no Estado (4)	15,6	29,1	50,3	63,9	76,4	165,8	174,2	217,6	211,1	160
b) Outras Transferências da União ao Tesouro Estadual (5)	149,2	81,8	107,6	160,8	248,1	541,4	141,4	122,6	296,7	19
c) Outras Receitas Líquidas da União no Estado (6)=(4)-(5)	-133,6	-52,7	-57,3	-96,9	-171,7	-375,6	32,8	95,0	-85,6	141
Total de Recursos Líquidos da União no Estado (7)=(3)+(6)	-27,8	22,1	407,1	200,0	463,2	302,1	910,2	896,4	1.147,6	1.262
(7) acumulado	-27,8	-5,7	401,4	601,4	1.064,6	1.366,7	2.276,9	3.173,3	4.320,9	5.583

Fontes: Boletim do Banco Central do Brasil; Conjuntura Econômica, Col. 2, ICP - DI; Secretaria da Fazenda do Espírito Santo, Balanços Gerais.

*Dados do (FPE + FE) - Janeiro/Novembro.

QUADRO III

RECEITA REESTIMADA/DESPESAS REESTIMADAS

		CR\$ 1.000,00	
RECEITA	VALOR	DESPESAS	VALOR
Receita ICM	8.720.665	Pessoal e Encargos	11.723.236
Outros	764.150	FUNDAP	5.900.000
ICM - FUNDAP	5.900.000	Outras Despesas Correntes	1.869.601
Transferências Federais	3.139.277		
Convênios	445.139	Subtotal (1)	19.492.837
TOTAL	18.969.231	Juros e Amort. Div. Pub	2.452.636
		Outras desp. Capital	2.876.638
Déficit 1º	523.606		
		Subtotal (2)	5.329.274
Déficit 2º	5.852.880	TOTAL (1+2)=3	24.822.111

Fonte: QUADROS I e II

ANOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA					ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					TOTAL GERAL
	INTERNA		EXTERNA	TOTAL (INTER. + EXTER.)	INTERNA		EXTERNA	TOTAL (INTE. + EXTER.)			
	INTRA	EXTRA			INTRA	EXTRA*					
1980	P- 302.032,6 E- 147.547,7 T- 449.580,3	P- 20.953,7 E- 15.116,6 T- 36.070,3	P- - E- 210.957,1 T- 210.957,1	P- 322.986,3 E- 373.621,4 T- 696.607,7	P- 159.033 E- 56.948 T- 215.981	P- 6.762 E- 13.418 T- 20.180	P- 22.759,6 E- 19.977,8 T- 42.737,4	P- 188.554,6 E- 90.343,8 T- 278.898,4	P- 511.540,9 E- 463.964,2 T- 975.506,1		
1981	P- 901.250,6 E- 165.010,1 T- 1.066.260,7	P- 55.642,6 E- 36.612,5 T- 92.255,1	P- 216.922,4 E- 481.190,2 T- 698.112,6	P- 1.173.815,6 E- 682.812,8 T- 1.856.628,4	P- 105.448 E- 34.814 T- 140.262	P- 39.589 E- 48.066 T- 87.655	P- 81.749,4 E- 31.427,0 T- 113.176,4	P- 226.786,4 E- 114.307,0 T- 341.093,4	P- 1.400.602,0 E- 797.119,8 T- 2.197.721,8		
1982	P- 185.584,5 E- 37.761,1 T- 223.345,6	P- 65.597,6 E- 35.725,4 T- 101.323,0	P- 349.782,5 E- 454.526,6 T- 804.309,1	P- 600.964,6 E- 528.013,1 T- 1.128.977,7	P- 138.927 E- 23.173 T- 162.100	P- 50.504 E- 45.366 T- 95.870	P- 81.991,2 E- 23.226,1 T- 105.217,3	P- 271.422,2 E- 91.778,2 T- 363.187,3	P- 872.386,8 E- 619.778,2 T- 1.492.165,0		
1983	P- 88.988,2 E- 6.216,8 T- 95.205,0	P- 72.173,1 E- 34.873,7 T- 107.046,8	P- 444.249,3 E- 387.687,5 T- 831.938,8	P- 605.410,6 E- 428.780,0 T- 1.034.190,6	P- 43.372 E- 13.291 T- 56.663	P- 80.021 E- 115.847 T- 195.868	P- 82.267,8 E- 15.018,5 T- 97.286,3	P- 205.660,8 E- 144.156,5 T- 349.817,3	P- 811.071,4 E- 572.936,5 T- 1.384.007,9		
1984	P- 22.750,4 E- 739,0 T- 23.489,4	P- 80.267,2 E- 33.773,3 T- 114.040,5	P- 405.856,0 E- 317.817,7 T- 723.673,7	P- 508.873,6 E- 352.330,0 T- 861.203,6	P- 43.342 E- 10.025 T- 53.367	P- 135.079 E- 611.540 T- 746.619	P- 26.704,5 E- 7.721,9 T- 34.426,4	P- 205.125,5 E- 629.286,9 T- 834.412,4	P- 713.999,1 E- 981.616,9 T- 1.695.616,0		
1985	P- 3.381,1 E- 327,3 T- 3.708,4	P- 90.270,0 E- 32.316,5 T- 122.586,5	P- 405.856,0 E- 247.833,7 T- 653.689,7	P- 499.507,1 E- 280.477,5 T- 779.984,6	P- 43.372 E- 6.757 T- 50.129	P- 139.523 E- 108.240 T- 247.765	P- 4.388,4 E- 6.326,5 T- 10.714,9	P- 187.285,4 E- 121.323,5 T- 308.608,9	P- 686.792,5 E- 401.801,0 T- 1.088.593,5		
1986	P- 3.457,1 E- 240,0 T- 3.697,1	P- 102.456,2 E- 30.402,2 T- 132.858,4	P- 405.856,0 E- 177.849,5 T- 583.705,5	P- 511.769,3 E- 208.491,7 T- 720.261,0	P- 27.372 E- 5.160 T- 32.532	P- 144.736 E- 101.439 T- 246.175	P- 4.710,9 E- 6.003,6 T- 10.714,5	P- 176.818,9 E- 112.602,6 T- 289.421,5	P- 688.588,2 E- 321.094,3 T- 1.009.682,5		
1987	P- 3.535,2 E- 150,4 T- 3.685,6	P- 117.139,5 E- 27.718,0 T- 144.857,5	P- 342.507,0 E- 109.534,3 T- 452.041,3	P- 463.181,7 E- 137.402,7 T- 600.584,4	P- 27.372 E- 3.835 T- 31.207	P- 149.506 E- 95.234 T- 244.740	P- 5.067,9 E- 5.655,8 T- 10.523,7	P- 181.945,9 E- 104.724,8 T- 286.670,7	P- 645.127,6 E- 242.127,5 T- 887.255,1		
1988	P- 2.948,9 E- 56,5 T- 3.005,4	P- 119.696,8 E- 24.276,6 T- 143.973,4	P- 304.631,9 E- 46.004,0 T- 350.635,9	P- 427.277,6 E- 70.337,1 T- 497.614,7	P- 27.372 E- 2.508 T- 29.880	P- 154.455 E- 89.129 T- 243.584	P- 5.430,8 E- 5.284,1 T- 10.714,9	P- 187.257,8 E- 96.921,1 T- 284.178,9	P- 614.535,4 E- 167.258,2 T- 781.793,6		
1989	P- 175,0 E- 1,7 T- 176,7	P- 138.191,6 E- 19.894,5 T- 158.086,1	P- - E- 2.716,3 T- 2.716,3	P- 138.366,6 E- 22.612,5 T- 160.979,1	P- 24.829 E- 1.069 T- 25.898	P- 159.477 E- 88.085 T- 247.562	P- 5.822,3 E- 4.884,8 T- 10.707,1	P- 190.128,3 E- 94.038,8 T- 284.167,1	P- 328.494,9 E- 116.651,3 T- 445.146,2		
1990	P- - E- - T- -	P- 166.935,6 E- 13.053,3 T- 179.988,9	P- 31.057,3 E- 2.685,2 T- 33.742,5	P- 197.992,9 E- 15.738,5 T- 213.731,4	P- 6.149 E- 77 T- 6.226	P- 165.351 E- 86.169 T- 251.520	P- 6.254,2 E- 4.456,4 T- 10.710,6	P- 177.754,2 E- 99.792,4 T- 268.456,6	P- 375.745,1 E- 106.449,9 T- 482.188,0		
1991	P- - E- - T- -	P- 168.225,2 E- 21.944,5 T- 190.189,7	P- 605.362,7 E- 27.531,3 T- 632.894,0	P- 773.587,9 E- 49.495,8 T- 823.083,7	P- - E- - T- -	P- 1.728.874 E- 385.739 T- 2.114.613	P- 56.893,2 E- 16.320,4 T- 73.213,6	P- 1.785.767,2 E- 402.059,4 T- 2.187.826,6	P- 2.559.355,1 E- 451.555,2 T- 3.010.910,3		
OUTROS	P- - E- - T- -	P- - E- - T- -	P- - E- - T- -	P- - E- - T- -	P- - E- - T- -	P- - E- - T- -	P- - E- - T- -	P- - E- - T- -	P- - E- - T- -		
TOTAL	P- 1.514.103,6 E- 358.050,6 T- 1.872.154,2	P- 1.197.549,1 E- 325.727,1 T- 1.523.276,2	P- 3.512.081,1 E- 2.466.335,4 T- 5.978.416,5	P- 6.223.733,8 E- 3.150.113,1 T- 9.373.846,9	P- 646.588 E- 157.657 T- 804.245	P- 2.953.879 E- 1.788.272 T- 4.742.151	P- 384.040,2 E- 146.302,9 T- 530.343,1	P- 3.984.507,2 E- 2.092.231,9 T- 6.076.739,1	P- 10.208.241,0 E- 5.242.345,0 T- 15.450.586,0		

*Não inclui COHAB-ES. Estamos estudando um meio de projetar a posição desta empresa, de maneira a atender ao BACEN.

QUADRO V

DÍVIDA - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

POSIÇÃO EM 31/12/78

CONTRATOS	ENDIVIDAMENTO DO DER-ES	
	DÍVIDAS HERDADAS	
	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA
BNDE - F 403	12.687.813,05	-
BNDE - F 464	59.088.179,15	-
BNDE - F 497	17.351.376,50	-
BNDE - F 497 - VIII - Ac. TRIGO	6.808.071,70	-
BANESTES (repasso Banco Central)	1.345.454,00	-
PAPC Nº 73/97.01296 - CEF	355.961,85	-
PAPC Nº 73/97.01295 - FINAME	355.961,85	-
FINAME	2.202.401,08	-
BANESTES (FDPE - IBC)	69.047.971,00	-
BIRD - 676 BR	-	3.207.036,00
BANESTES (repasso ext. Londres - Int. Com. Bank)	-	60.761.723,61
BANESTES (repasso ext. N. York - Hamb. Banco Brasil)	-	90.322.100,00
BIRD - 854 BR	-	36.497.032,00
TOTAL	169.243.190,18	190.787.891,61

QUADRO VI

DÍVIDA- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

POSIÇÃO EM 31/12/80

CONTRATOS	ENDIVIDAMENTO DO DER-ES	
	DÍVIDAS ATUAIS	
	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA
BNDE - F 464	63.861.959,19	-
BNDE - F 497	18.843.925,89	-
BNDE - F 497 VIII - Ac. TRIGO	10.431.186,84	-
FINAME (079/75 - F E 080/75 - F)	2.443.834,34	-
BANESTES (FOPE - IBC)	80.000.000,00	-
BANDES (BACEM/FOPE - IBC - C)*	40.000.000,00	-
BIRD - 676 BR	-	9.359.950,00
BANESTES (repasso ent. Londres - Int. Com. Bank)	-	105.267.698,56
BANESTES (repasso ext. N. York - Hamb. - Banco do Brasil)	-	179.961.250,00
BIRD - 854 BR	-	108.179.800,00
TOTAL	215.580.906,26	402.768.698,56

* Empréstimo feito no atual governo.

QUADRO VII

DÍVIDA DO ESTADO
CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS		VALOR EM (CR\$ 1.000,00)	
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA
1969	01	-	700	-
1970	-	03	-	971.941
1971	-	04	-	434.161
1972	-	02	-	139.282
1973	01	06	682.000	296.968
1974	03	13	809.991	314.950
1975	-	06	-	547.478
1976	13	08	1.337.095	370.249
1977	03	09	137.197	133.242
1978	15	13	3.416.235	164.639
1979	02	05	90.900	147.279
1980	06	09	958.960	2.466.259

QUADRO VIII

Fluxo de Caixa Estadual Para 1981

Cr\$ 1.000,00

Nº DE ORDEM		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
01	Empréstimos							1.200.000						
02	FPE	(+)	102.450	102.450	102.450	102.450	102.450	102.450	102.450	102.450	102.450	102.450	102.450	
03	FE	(+)	50.760	50.760	50.760	50.760	50.760	50.760	50.760	50.760	50.760	50.760	50.760	
04	Receitas Orçamentárias Líquidas de FUNDAP e Município	(+)	669.425	689.582	708.987	727.713	745.820	763.363	780.385	796.932	813.034	828.724	844.030	858.976
05	Total das Receitas Orçamentárias	(+)	822.635	842.792	862.197	880.923	899.030	916.573	2.133.595	950.142	966.244	981.934	997.240	1.012.186
	Dívida Bancária	(-)	131.112	181.534	169.600	314.914	82.275	215.780	96.199	144.557	132.386	316.210	86.877	268.268
06	Consolidada Interna		121.010	109.106	140.080	73.921	72.173	125.349	83.685	73.621	101.248	74.065	74.363	177.925
	Consolidada Externa		10.102	72.428	29.529	240.998	10.102	90.431	12.514	70.936	31.138	242.145	12.514	90.343
07	Subtotal (1)		691.523	661.258	692.597	566.009	816.755	700.793	2.037.396	805.585	833.858	665.724	910.363	743.918
08	Renegociação ECC'S com o Banco do Brasil	(-)	-	-	-	-	-	248.666	408.666	408.666	88.666	88.666	88.666	88.666
09	Subtotal (2) (7-8)		691.523	661.258	692.597	566.009	816.755	700.793	2.480.253	396.919	425.192	577.058	821.697	655.252
10	Pessoal		650.000	650.000	650.000	650.000	650.000	650.000	975.000	975.000	975.000	975.000	975.000	975.000
11	Custeio Prioritário		60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000
12	Total de Despesa com Pessoal e Custeio		710.000	710.000	710.000	710.000	710.000	710.000	1.065.000	1.065.000	1.065.000	1.065.000	1.065.000	1.065.000
13	Margem de Folga Financeira para Investimentos		(18.477)	(48.742)	(17.403)	(143.991)	106.755	(9.207)	1.415.253	(668.081)	(639.808)	(487.942)	(243.303)	(409.748)

QUADRO IX

SALDO DAS BALANÇAS COMERCIAIS INTERESTADUAIS DO ESPÍRITO SANTO COM RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

ESTADOS	Cr\$ Milhões		
	1974	1975	1976
Rio de Janeiro	+ 343,2	+ 40,3	- 973,1
São Paulo	- 328,4	- 1.086,6	- 3.144,5

Fonte: Revista de Finanças Públicas
Ano XXXVIII, nº 336, out.dez/1978

QUADRO X

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INVESTIMENTOS APROVADOS - GERES/BANDES - 1967/79

DISCRIMINAÇÃO	(Cr\$ 1.000/1980)				
	1967/77	1978	1979	TOTAL	%
Setor primário	1.530.284,4	362.937,4	560.441,2	2.453.663,0	3,96
Setor secundário	28.329.438,6	3.523.950,5	7.683,808,5	39.537.197,6	63,86
Setor terciário	9.785.110,0	1.437.765,5	5.200.094,7	16.422.970,2	26,53
Infra-estrutura	2.433.614,9	126.990,0	-	2.560.604,9	4,14
Pré-investimento	796.486,8	26.906,6	189.720,0	842.365,4	1,36
Operação Socorro	-	-	93.093,0	93.093,0	0,15
TOTAL	42.874.934,7	5.478.550,0	13.556.409,4	61.909.894,1	100,00

Fonte: Relatório Anual da Diretoria - BANDES - 1977 e 1979.

QUADRO XI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GRANDES PROJETOS

DISCRIMINAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL CR\$ 10 ³ (1)
Companhia Siderúrgica de Tubarão	190.431.586,40
Samarco Mineração	40.432.779,20
Aracruz Celulose	38.249.356,20
Nibrasco	12.663.444,20
Antártica	569.446,20
Usina III (CVRD)	8.184.000,00
Usina II (CVRD)	3.410.000,00
Usina I (CVRD)	1.364.000,00
Hispanobrás	6.966.084,40
Itabrasco	6.863.579,80
Cofavi	3.320.794,40
TOTAL	312.451.070,80

(1) Valor do dólar = 68,20

QUADRO XII

INVESTIMENTOS REALIZADOS E PROGRAMADOS EM FACE DOS GRANDES PROJETOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CR\$ 1,00/81

RODOVIA	TRECHOS	EXT. (KMS)	NATUREZA DOS SERVIÇOS	CUSTOS		OBSERVAÇÃO
				ORTN	CR\$	
ES-060	UBU - ANCHIETA	8,000	COMPL. TERRAP. E PAVIMENTAÇÃO	41.630,33	30.744.000,00	PROGRAMADO
ES-146	ANCHIETA - JABAQUARA (BR-101)	17,000	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO	109.004,74	80.500.000,00	PROGRAMADO
ES-257	BR-101 - ARACRUZ	13,000	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO	144.414,15	48.263.209,00	REALIZADO-02/79
ES-257	ARACRUZ - BARRA DO RIACHO	9,500	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO	77.183,48	57.000.000,00	PROGRAMADO
ES-010	BARRA DO RIACHO - SANTA CRUZ	7,800	CONSTRUÇÃO	18.892,03	6.869.899,00	REALIZADO-05/79
ES-010	BARRA DO RIACHO - SANTA CRUZ	17,800	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO	156.668,92	115.700.000,00	PROGRAMADO
ES-010	PONTE SANTA CRUZ	0,100	CONSTRUÇÃO	81.245,77	60.000.000,00	PROGRAMADO
	PONTE DE GUARAPARI	0,080	RECUPERAÇÃO	13.541,00	10.000.000,00	PROGRAMADO
TOTAL		73,280		642.580,42	409.077.108,00	

QUADRO XIII

INVESTIMENTOS URBANOS NA ÁREA DA GRANDE VITÓRIA

(Cr\$ 1.000,00)

INVESTIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA - CONTRATOS DE FINANCIAMENTO -	VALOR	ANO
COMPLEXO SIDERÚRGICO DE TUBARÃO	682.000	1974
Grande Vitória	261.939	1973
	20.502	1974
	517.074	1975
	91.101	1976
	1.299	1977
	45.546	1978
	76.628	1979
	60.046	1980
TOTAL DA GRANDE VITÓRIA	1.074.135	
Carapina	23.062	1973
	53.962	1976
	18.031	1977
	2.281.502	1980
TOTAL CARAPINA	2.376.557	

QUADRO XIV

POPULAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA - POR MUNICÍPIO
 ÁREAS, POPULAÇÃO - 1970/2010

ATAD DENOMINAÇÃO	ÁREA (ha)		POPULAÇÃO RESIDENTE (hab)			POPULAÇÃO RESIDENTE (hab)			
	TERRESTRE	RESIDENC.	CD 1970	PSE 77 CORRIGIDA	CD 1980	1985	1990	2000	2010
Vitória	5.596		132.821	157.015	207.507	255.174	310.330	439.707	558.924
Vila Velha	23.393		123.682	161.163	203.498	254.231	311.245	455.238	602.449
Cariacica	27.161		101.593	130.382	189.171	233.036	278.059	404.844	555.518
Serra	56.520		17.300	35.173	82.400	147.707	210.042	328.268	534.050
Viana	29.842		10.529	16.500	23.459	35.536	51.474	79.823	109.741
GRANDE VITÓRIA	142.512		385.925	500.233	706.035	925.684	1.161.150	1.707.880	2.360.682

Fonte: IJSN.

QUADRO XV

GRANDE VITÓRIA (ES)

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E INFRA-ESTRURA
EM CONJUNTOS HABITACIONAIS

(Investimentos pelo Governo Estadual)

TIPO DO EQUIPAMENTO	Quantidade/Anos			TOTAL
	1981	1982	1983	
Escola 1º Grau	8	10	5	23
Escola 2º Grau	2	7	1	10
Posto de Saúde	4	5	2	11
Posto Policial	6	4	4	14
Creche	4	6	5	15
Centro Comunitário	8	10	5	23
Quadras Esportes	10	12	8	30
Centro de Vivência	2	3	1	6
Total Quantidades equipamentos	44	57	31	132
Valor(Cr\$ 1.000.000) dos Investimentos em equipamentos	422	548	278	1.380
Valor(Cr\$ 1.000.000) em infra-estrutura básica e viária(*)	156	384	227	767
Total Geral Investimentos (Cr\$ 1.000.000)	578	932	505	2.147

(*) Os investimentos em infra-estrutura deverão concentrar-se em obras de drenagem, pavimentação, esgotos sanitários e acessos viários aos Conjuntos Habitacionais.

QUADRO XVI

RECEITA ESTIMADA/DESPESAS ORÇADAS

			Cr\$ 1.000,00
RECEITA (REESTIMADA)	VALOR	DESPESA (ORÇADA)	VALOR
Receita ICM	8.720.665	Pessoal e Encargos Soci ais	9.312.002
Outros	764.150	Juros e Amortização da Dívida Pública	2.452.636
ICM-FUNDAP	5.900.000		
Transferências Federais	3.139.277	FUNDAP	5.900.000
Convênios	445.139		
		Outras Despesas Corren tes	1.869.601
SUBTOTAL	<u>18.969.231</u>	SUBTOTAL	<u>19.526.768</u>
1º DÉFICIT	<u>557.537</u>	Outras Despesas de Ca pital	2.876.638
2º DÉFICIT	<u>3.434.175</u>		

QUADRO XVII

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INVASÕES DE TERRENOS BALDIOS COM A FINALIDADE DE MORAR

MUNICÍPIO	LOCALIDADES	Nº DE HABITAÇÕES (BARRACOS)	POPULAÇÃO	ÁREA INVADIDA (ha)	PROPRIETÁRIO DA ÁREA
VITÓRIA	São Pedro	630	3.150	21,5	União (1)
	Cont.da Ilha de Vitória	Ministério da Marinha
CARIACICA	Flexal	2.000	10.000	11,0	Particular (1)
	Rio Marinho	4.000	20.000	...	Governo
SERRA	Sossego	1.180	5.900	57,6	Particular (1)
	Concheiras	500	2.000	56,6	Particular
	Favela Boa Vista	120	600	...	Prefeitura Munic.Serra
	Invasão de Jacaraípe	50	250	...	Particular
TOTAL DA GRANDE VITÓRIA	08	8.480	41.900	245,7	-
LINHARES	Pó do Aviso (2)	2.000
	Pó do Shell (2)	1.500
	Avenida do Contorno	1.000
	Beira do Rio Pequeno	800	Moradores
	Rua do Cavaco	Moradores
	Bairro Olaria	5.000
SÃO MATEUS	Vila Nova	718	3.786	28,5	COHAB/ES - 79% (1) Particular - 21% (1)
TOTAL GERAL	15	19.498	45.686	274,2	-

Fonte: IJSN

... - Dados desconhecidos

(1) - Áreas incluídas no PROMORAR

(2) - Área de brejo aterrada com pó de serra

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FLUXO DE CAIXA - 1981

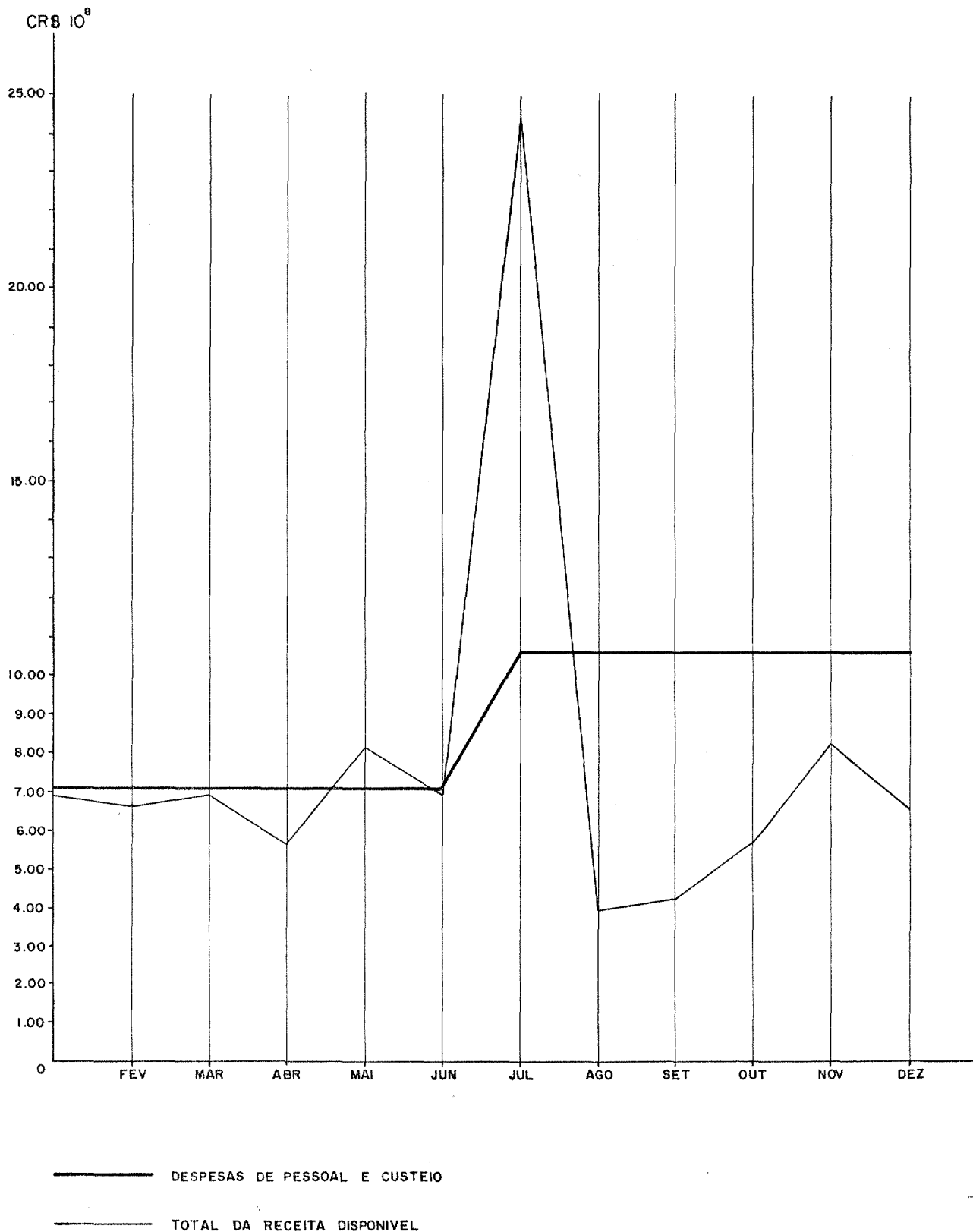


GRÁFICO 1



Fonte: SEFA/Perfil da Dívida Fundada - Quadro

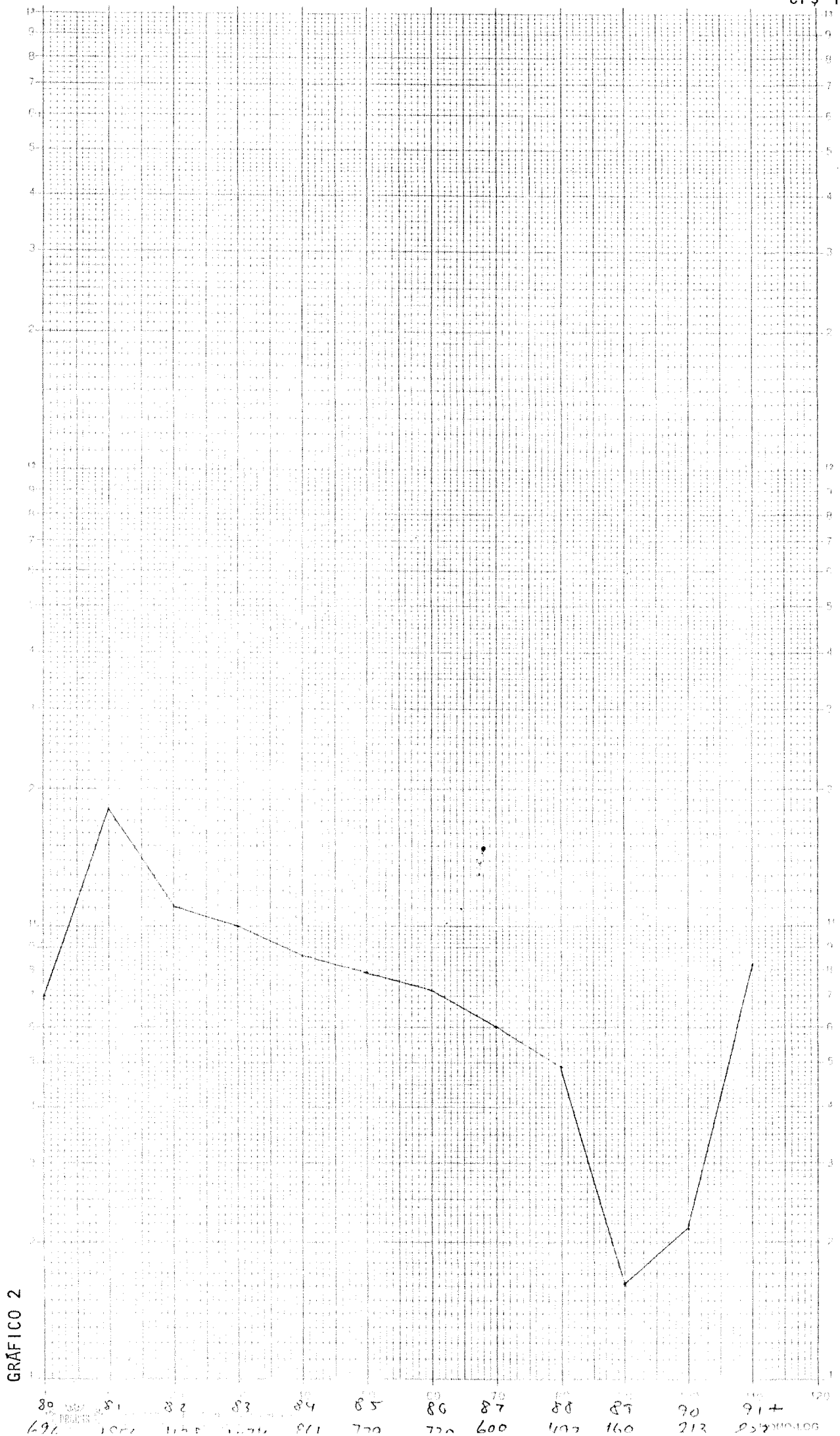
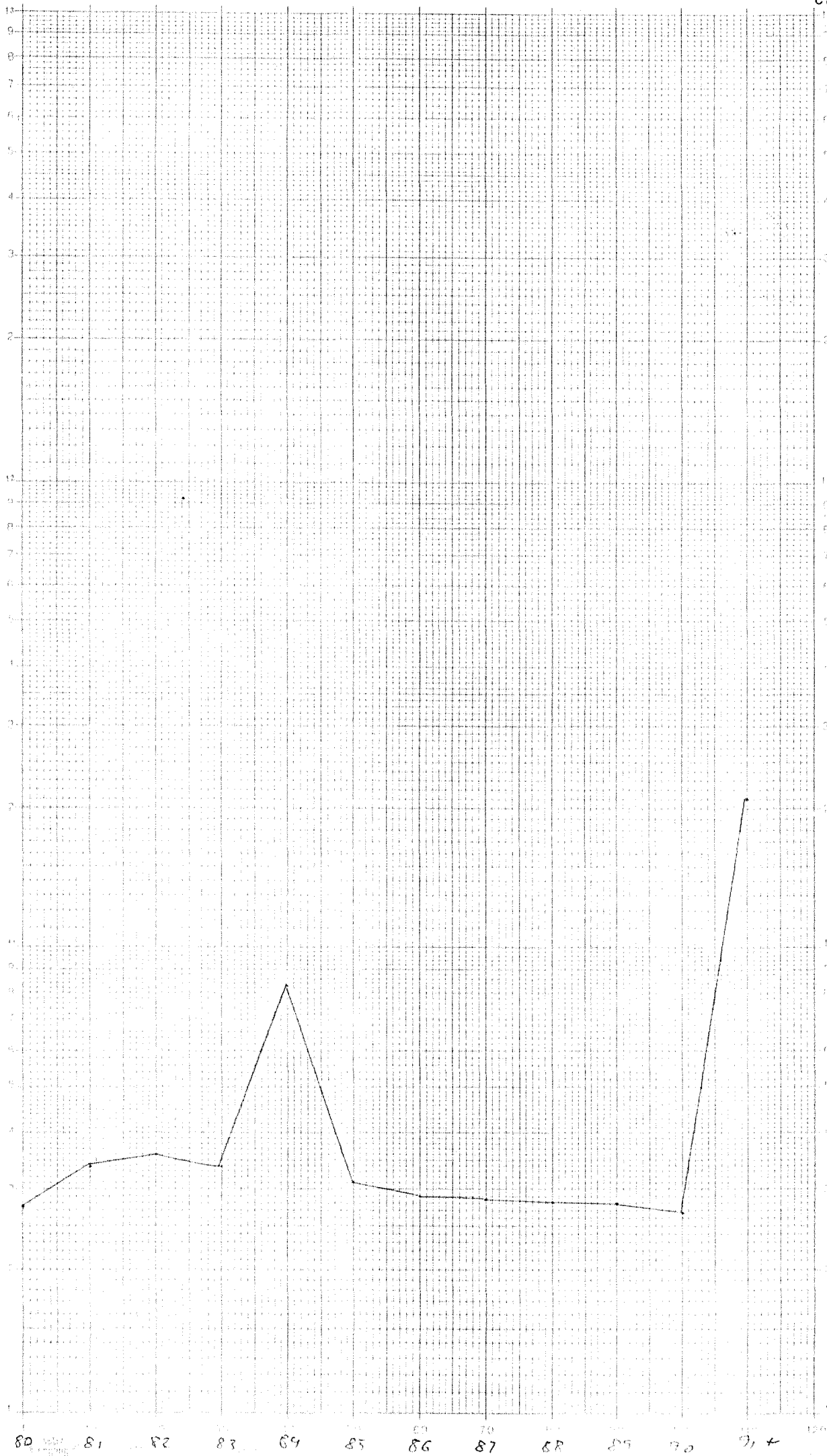


GRÁFICO 2

Fonte: SEFA/Perfil da Dívida Fundada - Quadro

GRÁFICO 3



Fonte: SEFA/Perfil da Dívida Fundada - Quadro

GRÁFICO 4

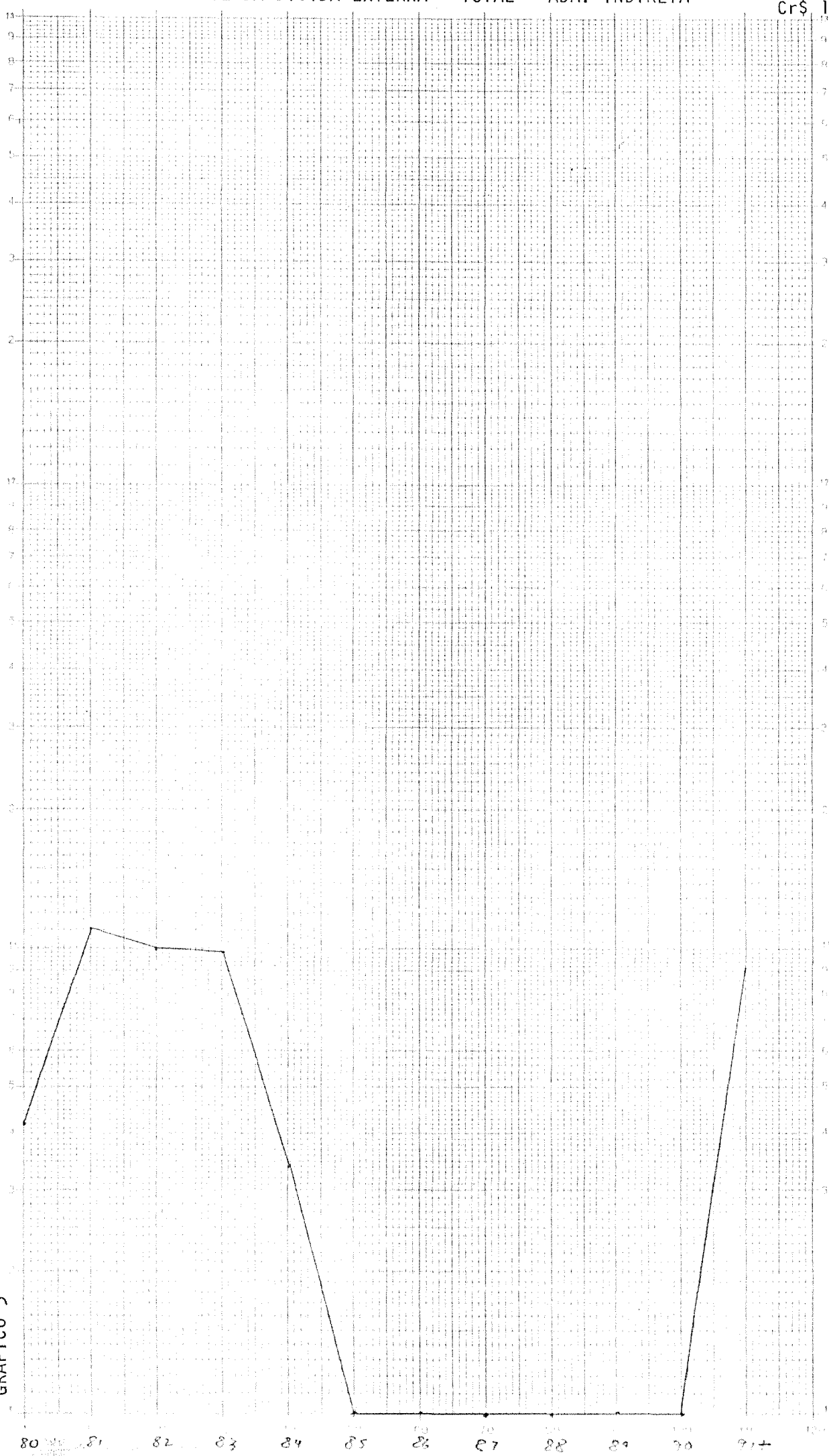


Fonte: SEFA/Perfil da Dívida Fundada - Quadro

PERFIL DA DÍVIDA EXTERNA - TOTAL - ADM. INDIRETA

Cr\$ 10⁶ - valores em 31/12

GRÁFICO 5



Fonte: SEFA/Perfil da Dívida Fundada - Quadro

HERANÇA DA DÍVIDA FUNDADA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E
INDIRETA - NÚMERO DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

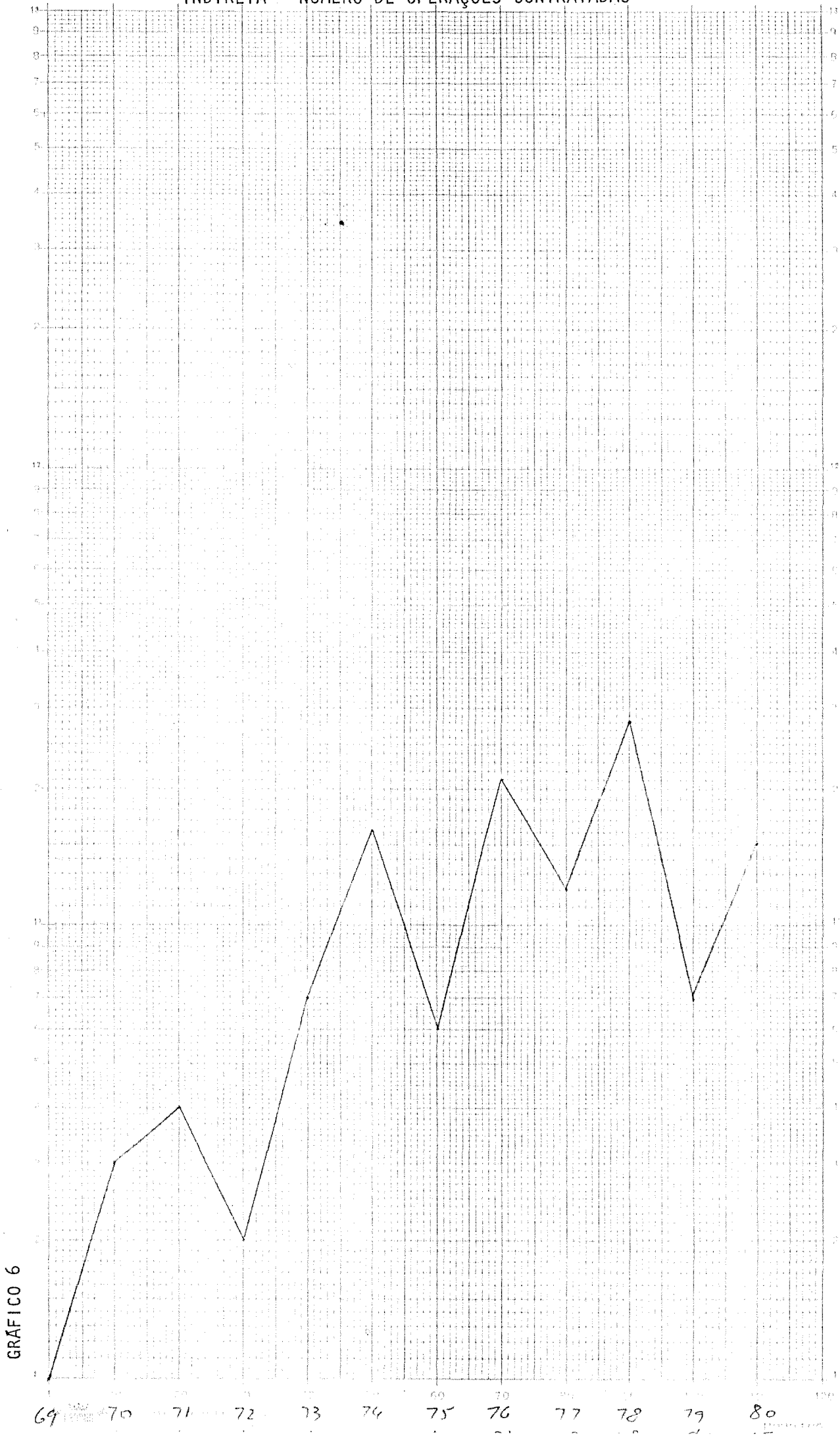


GRÁFICO 6

Fonte: SEFA/Perfil da Dívida Fundada - Quadro

HERANÇA DA DÍVIDA FUNDADA - ADM. DIRETA E INDIRETA

Cr\$ 10⁶



GRÁFICO 7

